

## O trem das bandeiras vermelhas: Sedição Tenentista no Sul do Paraná, 1926

### The red flags train: Tenentist Sedition in Southern Paraná, 1926

Bruno César Pereira\*

<https://orcid.org/0000-0002-7975-6024>

Valter Martins\*\*

<https://orcid.org/0000-0003-2137-9075>

#### Resumo

Neste artigo, analisamos um Processo Criminal e Inquérito Policial da Comarca de Iraty, Paraná, e notícias publicadas em jornais de diferentes estados relacionadas aos fatos que motivaram o processo. Tais fontes documentais revelaram indícios de uma Sedição Tenentista, no Sul do Paraná, em maio de 1926, na Região dos municípios de Iraty, Rebouças, Rio Azul e Mallet, todos interligados pela Ferrovia São Paulo-Rio Grande. Além de conhecer aspectos dos personagens envolvidos, narrativas e estratégias utilizadas pelos revoltosos, situamos tal Movimento Sedicioso num quadro mais amplo da turbulenta política nacional, na década de 1920.

**Palavras-chave:** Tenentismo; Mallet/Rio Azul/Rebouças/Irati; Processos-Criminais; Ferrovia São Paulo-Rio Grande; Paraná/Década de 1920.

#### Abstract

In this article we analyze a criminal process and a police investigation belonging to Iraty County, Paraná, Brazil, and newspaper articles published in different Brazilian states, related to the facts that motivated the process. Such documentary sources revealed evidences of a Tenentist Sedition, in Southern Paraná, in May 1926, in the Region that brings together the counties of Iraty, Rebouças, Rio Azul and Mallet, all connected by the São Paulo-Rio Grande Railway. Besides to knowing aspects of the characters involved, narratives

---

\*Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Pesquisador vinculado ao Grupo Terra, Trabalho, Memória e Migração (TRAMA). E-mail: bruno\_o8ceasr@outlook.com

\*\*Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Associado no Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO, Campus Irati). Pesquisador do Núcleo de Estudos em História da Violência (NUHVI). E-mail: valterirati@yahoo.com.br

and strategies used by the insurgents, we situated this seditious movement in a broader context of the turbulent Brazilian politics, in the 1920s.

**Keywords:** Tenentism; Mallet/Rio Azul/Rebouças/Irati; Criminal Processes; São Paulo-Rio Grande Railway; Paraná/1920's.

## Os frenéticos anos 1920

A década de 1920 foi um tempo de transformações, rupturas e quebra de padrões. Após o fim da I Guerra Mundial (1914-1918), o mundo viveu grande entusiasmo econômico, cultural e estético, interrompido pelo *crack* da Bolsa de Nova York. Na política brasileira, o período foi marcado por turbulências e instabilidades, culminando com o fim da “República Velha”, diante da Revolução de 1930.<sup>1</sup> Sobretudo nas regiões mais dinâmicas economicamente, ocorreu uma intensificação da urbanização e da industrialização, num momento de crise do modelo econômico agroexportador.<sup>2</sup> A educação passou por reformas estaduais do ensino primário e normal<sup>3</sup>, enquanto nas artes, a Semana de Arte Moderna, em 1922, deu o tom na busca por uma identidade nacional.<sup>4</sup>

Felipe Mendes destaca que a historiografia brasileira, acerca da segunda década do século XX, é extensa e, em geral, busca encontrar naqueles frenéticos anos, acontecimentos e processos que explicariam de alguma maneira seu “desfecho” com a Revolução de 1930. Para o autor, tais estudos fazem “daquela década, o que se costuma (ou costumava) chamar de ‘anos do limiar’, entendidos como momentos de transição, com o que então se justificaria o interesse pelo período”.<sup>5</sup> Nessa perspectiva, destacamos os clássicos estudos de Boris Fausto, Edgard Carone, Marieta de Moraes Ferreira, Surama Conde

---

<sup>1</sup> VARES, Sidnei Ferreira de. A dominação na República Velha: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da Revolução de 1930. *História: Debates e Tendências*, v. 11, n. 1, 2011, p. 121-139.

<sup>2</sup> CANO, Wilson. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. *Economia*, v. 13, n. 3b, 2012, p. 897-916.

<sup>3</sup> PEREIRA, Sueli Menezes. As reformas educacionais na década de 1920 no Brasil e as políticas de formação de professores primários. *Cadernos de História da Educação*, v. 19, n. 1, 2020, p. 271-292.

<sup>4</sup> SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Modernismo brasileiro: entre a consagração e a contestação. *Perspective: Actualité en histoire de l'art*, n. 2, 2013.

<sup>5</sup> MENDES, Felipe Ucijara Guimarães. *Mashorqueiros ou procellários? A experiência tenentista no Maranhão: política, cultura, imaginário, personagens...* Dissertação (Mestrado em História), São Luís: Universidade Federal do Maranhão - UFMA, 2015, p. 30.

Sá Pinto e Lucília de Almeida Neves Delgado, os quais, sob diversos ângulos, discutem a “crise dos anos 1920”.<sup>6</sup>

Neste extenso e complexo “recorte temático”, acerca daquele pulsante período, observam-se agitações políticas, culturais e econômicas, evidenciando um momento de transformações, constituindo, portanto, um valioso elemento analítico para compreender a formação do pensamento social brasileiro. Podemos dizer que 1922 foi simbólico e crítico. Naquele ano, ocorreram eventos que sacudiram o panorama político e cultural. Entre eles, a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) e o Levante Tenentista dos 18 do Forte de Copacabana. Tudo isso em meio às celebrações do centenário da independência e à disputa entre Artur Bernardes do Partido Republicano Mineiro (PRM) e Nilo Peçanha, da Reação Republicana, a fim de suceder o presidente Epitácio Pessoa. Mesmo com a vitória da situação, praxe naqueles tempos, desenhou-se um “quadro de instabilidade”.<sup>7</sup>

Esse movediço quadro político-econômico e cultural brasileiro, aliado às demandas de diferentes grupos sociais, contribuiu para os levantes e revoluções ocorridas nos “frementes anos 1920”. Vários desses movimentos lançaram mão das armas, mobilizando militares, civis e mesmo as chamadas elites oligárquicas, derrotadas nos pleitos eleitorais locais e regionais.<sup>8</sup>

Nas discussões sobre os anos 1920, no Brasil, o Movimento Tenentista polarizou as atenções. O Tenentismo, movimento político de âmbito nacional, amplamente explorado pelos estudos historiográficos no século passado, respondeu às manifestações de insatisfação de setores do Exército em relação aos governos da Primeira República. Jovens oficiais, entre os quais os tenentes e capitães, rebelaram-se em 1922 (Revolta do Forte de Copacabana), no Rio de Janeiro, assim como em 1924 (Revolução de 1924, liderada por Isidoro Dias Lopes e apoiada por Miguel Costa), em São Paulo. O Tenentismo, entretanto, não se concentrou somente na Região Sudeste. Suas manifestações se

---

<sup>6</sup> FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a revolução de 1930. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*, v. 2. São Paulo: Difel, 1978, p. 401-426; FAUSTO, *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1991; CARONE, Edgard. *Revoluções no Brasil Contemporâneo, 1922-1939*. São Paulo: Difel, 1977; CARONE, *Corpo e alma do Brasil: o Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975; FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. *Revista Estudos Históricos*, v. 6, n. 1, 1993; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 387-415.

<sup>7</sup> FERREIRA, op. cit., p. 9-23.

<sup>8</sup> SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; SAES, Décio. *Classe média e política na primeira república brasileira (1889-1930)*. Petrópolis: Vozes, 1975.

reproduziram em outras regiões, sendo exemplo dos mais conhecidos a marcha da Coluna Miguel Costa-Luiz Carlos Prestes pelo interior do Brasil, inicial e respectivamente chamadas de Divisão Paulista e Divisão Rio Grande. Seus integrantes criticavam o modelo político da chamada república oligárquica, com seu coronelismo, os currais eleitorais e os votos de cabresto, além das práticas políticas infalíveis e questionáveis da situação para garantir sua permanência no poder. Os “tenentes” queriam “moralizar”, “regenerar” o País, combater a corrupção e reivindicavam o voto secreto. Defendiam reformas, mas seu discurso era conservador, autoritário e liberal, excluindo a participação ampla e democrática da sociedade. Além dos movimentos tenentistas mais conhecidos, sucedidos no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, ocorreram levantes em outros estados brasileiros, como Pará, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Paraná e Santa Catarina, cada qual, com suas especificidades.

As pesquisas acerca deste tema apresentam diferentes perspectivas. A primeira interpretação sistemática sobre o Tenentismo foi desenvolvida por Virginio Santa Rosa, em 1933, com a publicação de seu livro *O sentido do Tenentismo*.<sup>9</sup> Em seu estudo, Santa Rosa definiu o fenômeno tenentista como uma vanguarda das classes médias, amparada no crescimento da pequena burguesia. Sua interpretação do Tenentismo inspirou os trabalhos de Nelson Werneck Sodré e Edgard Carone.<sup>10</sup>

Como analisa William Gaia Farias, para Santa Rosa “[...] os jovens oficiais seriam representantes legítimos das classes médias urbanas brasileiras. [...] com a entrada dos militares nas disputas pelo poder, as classes médias teriam a sua primeira expressão política no Brasil”.<sup>11</sup> A contrapelo da perspectiva de Santa Rosa, Boris Fausto ponderou que os jovens oficiais “tenentes”, mesmo integrando as classes médias e mesmo populares, não se apresentavam como defensores dos interesses das mesmas. Para Fausto, o Tenentismo deve ser compreendido como um movimento militar, tendo em vista a lógica interna das Forças Armadas, em especial do Exército.<sup>12</sup> Amílcar Guidolim Vitor aponta nessa mesma direção, afirmando que vários autores “[...] vão entender que os ‘tenentes’ não representaram um projeto político ou social das camadas

<sup>9</sup> ROSA, Virginio Santa. *O sentido do Tenentismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

<sup>10</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; CARONE, *Revoluções do Brasil*, op. cit.

<sup>11</sup> FARIAS, William Gaia. Militares e civis forjando o “Tenentismo” no Pará. In: XXVI Simpósio Nacional de História – APNPUH. Belém: *Anais dos XXVI SNH-ANPUH*, 2011, p. 2.

<sup>12</sup> FAUSTO, *A Revolução de 30*, op. cit.

médias urbanas, mas, sobretudo, assumiram um compromisso institucional que revelou um movimento tipicamente militar em sua forma”.<sup>13</sup>

Tais perspectivas antagônicas vêm sendo revisadas. Uma terceira linha interpretativa destaca que havia uma correspondência entre o movimento social e o militar. José Maria Bello considerou que, durante a Primeira República, militares e civis possuíam diferentes motivações, contudo, eventualmente, esses grupos se uniam em pautas comuns. Para o autor, essas alianças ficaram evidentes nos movimentos rebeldes tenentistas. As análises de Bello contribuem para observarmos outros horizontes e sujeitos envolvidos nos movimentos tenentistas da década de 1920. Especialmente quando ocorreram fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Rio Grande do Sul, lugares nos quais a historiografia atesta a participação majoritária de militares.<sup>14</sup>

William Gaia Farias assinala que a historiografia do Tenentismo apresenta o Movimento como algo estritamente militar, dando a impressão de que suas manifestações eram autônomas em relação ao conjunto da sociedade. Este pesquisador do Tenentismo no Pará, notou suas especificidades locais, destacando um expressivo número de civis envolvidos no Movimento naquele estado. As discussões de Farias e Bello descortinam outro olhar sobre o Tenentismo, na linha de João Quartim de Moraes.<sup>15</sup> Suas análises permitem “considerar a pluralidade do Movimento Tenentista, o que talvez seja um bom caminho para compreender a autonomia e diferentes alianças que marcaram o Tenentismo”.<sup>16</sup>

Partindo destas considerações sobre a década de 1920 e do Movimento Tenentista, este estudo apresenta e analisa um Movimento Sedicioso, ocorrido em maio de 1926, no Sul do estado do Paraná, tendo como eixo a Ferrovia São Paulo-Rio Grande, no trecho entre os municípios de Marechal Mallet e Iraty<sup>17</sup>,

---

<sup>13</sup> VITOR, Amílcar Guidolin. A gênese do Tenentismo no Brasil e as revoltas tenentistas na Primeira República. *Vozes*, Pretérito & Devir, v. 10, n. 1, 2019, p. 59-78.

<sup>14</sup> BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. Importante nesta mesma perspectiva: PRESTES, Anita Leocádia. *Os Militares e a reação republicana: as origens do Tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

<sup>15</sup> MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. Vol. I. Da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Siciliano, 1991; MORAES, *A esquerda militar no Brasil*. op. cit..

<sup>16</sup> FARIAS, op. cit., p. 3.

<sup>17</sup> Optamos por manter a grafia original de Iraty, Marumby e Curitiba.

passando pelos municípios de Rio Azul (Roxo Roiz/Marumby<sup>18</sup> à época) e Antônio Rebouças (atual Rebouças).

A investigação tem como base documental duas fontes primárias: 1) um processo criminal, lavrado inicialmente no Juízo Federal da Seção Paraná, em Curitiba, em 1926, remetido à Comarca de Iraty no ano seguinte com seu respectivo inquérito policial.<sup>19</sup> 2) matérias publicadas em jornais paranaenses e de outros estados.<sup>20</sup> Destacamos que o Movimento Sedicioso liderado por Hugo Guimarães dos Santos e João Cony, em maio de 1926 no Sul do Paraná, possuía conexões com os movimentos tenentistas do período. Contudo, este Movimento foi levado a cabo por civis: além dos líderes Santos e Cony, dele participaram agricultores, comerciantes, operários e outros trabalhadores do meio urbano e rural. Além da clássica pauta do Movimento Tenentista de contestação ao Governo Federal e sua política, no Sul do Paraná, ela se mesclou a questões locais, envolvendo disputas entre operários e a Ferrovia São Paulo-Rio Grande, esta última, um dos pivôs da Guerra do Contestado, ocorrida na década anterior.<sup>21</sup>

Nas páginas seguintes, analisamos a narrativa do Processo Criminal e as publicações da imprensa do período, a fim de identificar os sujeitos que integraram a Sedição, seus itinerários, os cenários e as táticas de atuação. Acompanharemos os “passos” dos sediciosos que tomaram de assalto as cidades de Marechal Mallet, Roxo Roiz (Rio Azul), Antônio Rebouças e, por pouco, não tomaram Iraty, após se apossarem de uma composição da Ferrovia São Paulo-Rio Grande. Partindo dos depoimentos dos envolvidos, registrados no Processo Criminal, observamos as possíveis conexões com outros movimentos revolucionários e de contestação da década de 1920. No Levante ocorrido no Sul paranaense, seu objetivo mais evidente era angariar fundos para uma

---

<sup>18</sup> Em 1902 foi inaugurada a estação da Ferrovia São Paulo-Rio Grande, batizada com o nome da povoação ali existente, chamada de Roxo Roiz. A localidade foi elevada à categoria de cidade em 1918. Durante a década de 1920, passou a se chamar oficialmente Marumby, recebendo a denominação atual, Rio Azul, em 1929. No processo criminal aqui analisado, contudo, a localidade aparece, na maioria das vezes, com seu antigo nome: Roxo Roiz.

<sup>19</sup> Este documento se encontra sob a guarda do Centro de Documentação e Memória (CEDOC/I) da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), *Campus Irati, Acervo Criminal da Comarca de Iraty*: Processo-Crime 290-caixa 69, 1926-1939. Irati: CEDOC-I, Consulta digital – Arquivo Digitalizado, 2021. A partir daqui, utilizaremos a sigla “CEDOC/I – PC. 290.69, 1926-1939” para referenciar esta fonte.

<sup>20</sup> Os jornais foram consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>21</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004; QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a Guerra Sertaneja do Contestado – 1912-1916*. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1981.

revolução nacional que estaria por vir. Contudo, questões locais permearam as ações e motivações dos envolvidos.

### **Nas matas de araucárias, o trem da revolução**

Na fria madrugada 26 de maio de 1926, na cidade Roxo Roiz (atual Rio Azul), por volta das duas horas, o gaúcho Hugo Guimarães dos Santos, acompanhado pelos paranaenses Raymundo Rocha dos Santos (vulgo Cascudo ou Cascudinho), Waldemar Rodrigues, Henrique Corrêa Lima e Hygino Azeredo (vulgo Capitão Silêncio), mais 15 homens armados com facões, revólveres Smith & Wesson e fuzis Mauser, seguiram em um caminhão e um automóvel, ambos da marca Ford, para Marechal Mallet, município vizinho.<sup>22</sup>

Em Mallet, os comandados por Hugo Guimarães dos Santos se dividiram em grupos, a fim de saquear a estação ferroviária, armazéns e as Coletorias Estadual e Federal. Nesta última, a ação não logrou êxito pois, como informou Antônio Mariano Garcia, coletor federal, ao ser abordado pelo grupo em sua residência, no mesmo prédio da coletoria, “sua senhora pediu por socorro, o que assustou o bando”.<sup>23</sup>

Outro grupo atacou duas casas comerciais: uma, de propriedade dos irmãos sírios Rafhael e Feres Bufren; outra, de Felipe Felix da Cruz. Em ambas, fizeram “requisições”. Levaram dinheiro, armas, munições, capas, camisas e chapéus. Na estação, outros rebeldes renderam Otoniel Santos, agente da estação, José Santos, telegrafista, e os poloneses Wladislau Borowski e Evaristo Vutcke, guarda-chaves e guardião da estação, respectivamente. Os homens armados levaram o dinheiro da bilheteria e cortaram os fios do telégrafo, carregando consigo o aparelho de transmissão telegráfica, lançado no rio Potinga durante a fuga. Tal ação visava impedir a comunicação com as estações de outras cidades.

Ainda em Mallet, o grupo de Hugo Guimarães dos Santos tomou de assalto um trem, de prefixo P-8, número 44, que chegava do Sul do país. Após renderem o maquinista, Tertuliano Amaral, aliviaram os passageiros de suas carteiras, armas e munições, além de violarem várias malas postais que se encontravam no vagão correio, guardadas por Manoel Xavier dos Santos. No comando do trem, os revoltosos seguiram para cidade de Roxo Roiz. Ao deixarem a estação de Mallet, dois quilômetros à frente, Hugo Guimarães

---

<sup>22</sup> CEDOC/1 - PC 290.69, 1926-1939, p. 43; 71-72

<sup>23</sup> Idem, p. 27-28.

ordenou que o trem parasse, e que quatro dos seis vagões de passageiros fossem desligados da composição, seguindo para Roxo Roiz apenas com a locomotiva e dois vagões. Homens armados permaneceram junto aos vagões desligados, mantendo seus passageiros como reféns. Segundo Hugo Guimarães dos Santos, tal ação correspondia a uma estratégia. Caso seus homens encontrassem resistência em Roxo Roiz, usariam os reféns como salvo conduto. Antes de partirem de Mallet, os revoltosos convenceram outros indivíduos a se juntar ao grupo, de forma espontânea ou mediante ameaças. Alguns dos “novos rebeldes” foram José Santos e os poloneses Wladislau Borowski e Evaristo Vutcke, funcionários da ferrovia. Contudo, em seus depoimentos à justiça, todos afirmaram que foram coagidos a embarcar no trem. Assim que chegaram a Roxo Roiz, na primeira oportunidade, debandaram a pé.

A chegada do trem dominado a Roxo Roiz, por volta das 8 da manhã, era aguardada. Como narrou o telegrafista José Santos, ele notou que, próximo à estação, havia um grupo de homens armados em três automóveis que se juntaram ao grupo do trem.<sup>24</sup> Entre eles, estava João Cony, o qual, junto a Hugo Guimarães dos Santos, assumiria a liderança dos revoltosos.<sup>25</sup> Em seu depoimento no processo, Hugo dos Santos informou que João Cony procedia da cidade de São Matheus-PR, onde buscou “arrumar gente e suprimentos [possivelmente armas] para engrossar o Movimento”.<sup>26</sup> Após o desembarque na estação da cidade, desfalcaram o dinheiro da bilheteria e cortaram a fiação do telégrafo, levando o aparelho para abandoná-lo depois. No comando, João

---

<sup>24</sup> Idem, p. 19-21.

<sup>25</sup> Artigos publicados em jornais de Curitiba, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, na década de 1920, apontam João Cony como participante e organizador de sedições no Rio Grande do Sul: *O ESTADO DO PARANÁ*, Curitiba, n. 360, 10 de março de 1926, p. 2; *O ESTADO DO PARANÁ*, Curitiba, n. 427, 29 de maio de 1926, p. 1; *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, n. 157, 6 de julho 1923, p. 6; *A GAZETA DE NOTÍCIAS*, Rio de Janeiro, n. 126, 29 de junho de 1924, p. 1. Na década de 1930, o nome de João Cony continuou em evidência na imprensa, mas já como membro do Partido Comunista do Brasil, em Passo Fundo, RS. O jornal, *CAXIAS: VESPERTINO INDEPENDENTE*, em maio de 1931, publicou matéria intitulada: “O contágio Comunista”. Ainda em maio de 1931, o jornal catarinense, *O Estado*, estampou a notícia: “O phantasma do comunismo”. Ambas as notícias, publicadas em diferentes cidades do Sul do Brasil, relataram a prisão do Coronel João Cony e do advogado João Junqueira Rocha, após distribuírem um manifesto comunista em Passo Fundo, RS. Posteriormente, Cony e Rocha fundariam o Partido Comunista do Brasil naquela cidade: *CAXIAS: VESPERTINO INDEPENDENTE*, Caxias do Sul, n. 203, 7 de maio de 1931, p. 1; *O ESTADO*, Florianópolis, n. 5.834, 9 de maio de 1931, p. 3. BATISTELLA, Alessandro. O movimento operário e sindical em Passo Fundo (1900-1964): história e política. *História: Debates e Tendências*, v. 7, n. 1, 2008, p. 22-46.

<sup>26</sup> CEDOC/1 - PC 290.69, 1926-1939, p. 162-171.



Cony ordenou que uma locomotiva, parada na estação, retornasse a Mallet para buscar os vagões com reféns.<sup>27</sup>

Ato contínuo, os insurgentes seguiram ao Hotel de Elias Assef e o utilizaram como “quartel-general”. Foi neste local que João Cony e Hugo Guimarães dos Santos dividiram os homens em grupos para “angariar recursos para a revolução”, na Coletoria Estadual e nas casas comerciais dos italianos Godofredo Varella e Angelo Meneguello, além dos armazéns do sírio Pedro Halib e do polonês Jacob Burasko. Na cidade, quatro agências bancárias foram atacadas, sendo elas: Banco Nacional do Comércio, Banco Francês & Italiano, Banco Pelotense e Banco do Brasil. Enquanto isso, outro grupo atacou o destacamento policial local, surpreendendo e aprisionando o cabo Carolino dos Santos e os praças Raymundo Gomes de Siqueira e Antônio Carvalho, apreendendo seus fuzis, revólveres e munições. Por fim, novamente, buscaram engrossar suas fileiras com novas adesões, voluntárias ou nem tanto. Os recrutados em Roxo Roiz foram: o funcionário público Hortencio Martins de Melo, os lavradores: Plácido Kaule, Joaquim Pedroso, Zacharias Pedroso, José Ferreira Franco, Sebastião Gonçalves, Sebastião Chagas de Souza e Sebastião Constante, o alfaiate Miguel Kaust, o caixeiro Pedro Orochoski, o chofer Ismael Pedroso e o operário ferreiro polonês Estanislau Susko.

Antes de seguirem para Rebouças, João Cony ordenou a Miguel José Kisielewski, engenheiro que aderiu ao Movimento<sup>28</sup>, para convocar trabalhadores e “blindar” os dois vagões do trem. Kisielewski chamou os carpinteiros Alberto Adulfato e Alberto Hibrante para pregarem pranchões de madeira nas laterais dos vagões, deixando um vão livre entre as pranchas e a parede do trem. Pelo guarda-chaves Benedito de Paula, Kisielewski enviou um bilhete ao austríaco Demétrio Koloda<sup>29</sup>, feitor de turma da estrada de ferro, a fim de enviar operários para preencher o espaço “oco” da blindagem do trem com terra e areia. O grupo convocado por Koloda era composto pelos turmeiros

<sup>27</sup> A partir deste momento, com os quatro vagões de passageiros, a locomotiva seguiria atrás do “trem das bandeiras vermelhas” até a cidade de Rebouças. Ali, João Cony liberou o maquinista do outro trem para conduzi-lo até seu destino final, a cidade de Ponta Grossa.

<sup>28</sup> Segundo o depoimento de Domingos Moraes, subdelegado de polícia de Roxo Roiz, em vista da situação de anarquia instaurada após a captura do destacamento policial, acreditou que o prefeito Guilherme Pereira e demais autoridades municipais haviam sido destituídas pelos rebeldes. Moraes presumiu que Kisielewski havia sido designado por João Cony como autoridade para comandar a cidade, visto que o engenheiro aderiu ao Movimento após aceitar blindar os vagões. Domingos Moraes prendeu Kisielewski na manhã de 27 de maio, quando este tentava fugir de Roxo Roiz, e o enviou para a cadeia de Iraty. Idem, p. 79-81.

<sup>29</sup> O bilhete dizia: “Ilmo Sr. Demétrio - Feitor da Turma 38 - Caixa D’água: De ordem do Coronel João Cony, queira vir hoje sem falta com sua turma aqui à estação, a fim de fazer um serviço urgente - Saúde e Fraternidade - Miguel Kisielewski”. Idem, p. 93.

austríacos<sup>30</sup> José Kutsi e Estephano Scozski, além dos turmeiros brasileiros Gregório Paulino, Basílio Kurassi e Simão Kurduna. Essa “blindagem” improvisada visava impedir que tiros disparados contra os vagões penetrassem seu interior. Como informado na conclusão do Inquérito Policial, os vagões “serviriam de verdadeiras fortalezas ambulantes no ataque que pretendiam levar a efeito na vila de Iraty”, principal alvo dos sediciosos.<sup>31</sup>

Antes de concluída a blindagem dos vagões, sob a supervisão de Kisielewski, os rebelados conduziram o trem em direção à cidade de Rebouças, com a locomotiva adornada “com bandeiras rubras”.<sup>32</sup> Pouco antes de chegar à estação de Antônio Rebouças, detiveram o trem junto a uma pedreira perpendicular à ferrovia, situada no Km 104. Ali almoçavam 28 operários. Segundo o depoimento de um deles, Alberto Meister, os homens liderados por Hugo Guimarães dos Santos e João Cony tentaram recrutá-los:

[...] o depoente se achava almoçando na pedreira onde trabalha, no Km 104, quando viu parar um trem que levava a frente bandeiras vermelhas. Que parando o comboio, Hugo Guimarães dos Santos, a quem o depoente conhece<sup>33</sup>, fez na janela de um dos carros, uma espécie de discurso dizendo que: ‘tendo a Companhia [São Paulo-Rio Grande] elevado as tarifas da estrada de ferro, não soube, no entanto, pagar o seu operariado, por isso era chegado o momento em que ele ia se entender com a respectiva diretoria, afim de obrigá-la a pagar os seus operários como devem ser pagos.’<sup>34</sup>

Outro operário presente, o polonês Estanislau Susko, narrou a mesma cena em seu depoimento, acrescentando que Hugo Guimarães dos Santos “[...] ia melhorar a situação do operariado”, “[...] ia aumentar o ordenado”.<sup>35</sup> Outro operário, Francisco Orocil, mencionou que Hugo dos Santos afirmou

<sup>30</sup> Muitos imigrantes poloneses e ucranianos ingressaram no Brasil com passaporte austríaco, em função da ocupação de regiões da Polônia e Ucrânia pelo Império Austro-Húngaro.

<sup>31</sup> Idem., p. 225.

<sup>32</sup> As bandeiras foram confeccionadas a partir de 15 metros de tecido vermelho, requisitados na casa comercial de Godofredo Varella por João Cony, em Roxo Roiz. CEDOC/1 – PC 290.69, 1926-1939, p. 47-48; 80-81. A iniciativa das bandeiras vermelhas, portanto, foi de Cony. As fontes não explicitaram o motivo.

<sup>33</sup> Meister não informou de onde conhecia Hugo dos Santos. Contudo, Santos era um conhecido comerciante de madeira, na Região do Movimento Sedicioso. A escolha de Hugo dos Santos como um dos líderes da revolta se deu, certamente, devido a sua rede de contatos no Sul do Paraná.

<sup>34</sup> Santos sabia dos problemas enfrentados pelos operários da ferrovia. Usou desse conhecimento em seu discurso para convencer os ferroviários a apoiarem o Movimento. Idem, p. 82. A pedreira, atualmente fora de atividade, dá nome ao Parque Municipal da Pedreira, em Rio Azul, onde se situa.

<sup>35</sup> Idem, p. 85-88.

que “a revolução era em benefício do operariado”.<sup>36</sup> Após o breve discurso de Hugo Guimarães dos Santos, João Cony convidou os operários da pedreira a embarcarem nos vagões e a aderirem ao Movimento.<sup>37</sup> Como testemunharam Alberto Meister e Carlos Strazzi, seus companheiros da pedreira inicialmente relutaram. Talvez porque não acreditassem no discurso dos revoltosos, talvez por não desejarem se envolver em problemas com a polícia. Todavia, ao perceberem que os ocupantes do trem estavam armados, acharam prudente embarcar. Enquanto seguiam viagem para Antônio Rebouças, os sediciosos solicitaram a Júlio Kosaki, feitor da pedreira, que arrombasse um cofre encontrado no trem a golpes de marreta e talhadeira.<sup>38</sup> O cofre pertencia à Ferrovia São Paulo-Rio Grande e dele subtraíram a importância de treze contos, quinhentos e cinquenta e nove mil e duzentos reis (13:559\$200), referente à arrecadação das bilheterias da ferrovia entre as estações do rio Uruguai no Rio Grande do Sul, até Marechal Mallet, Sul do Paraná.

A composição chegou à estação de Antônio Rebouças por volta do meio-dia. Assim que desembarcaram, parte dos trabalhadores da pedreira debandou a pé em direção a Roxo Roiz, evidenciando que embarcaram no trem rebelde por medo de alguma violência, não por acreditarem no Movimento. Os revoltosos se dedicaram, então, a saquear as casas comerciais de Honorato Pinto Pereira, João de Góes Junior, Frederico França Junior e dos sírios Jorge Diqueche e Salib Jorge Alib. Em seguida, foi a vez dos bancos: do Brasil, Francês & Italiano, Nacional do Comércio e Alemão Transatlântico, além da Coletoria

<sup>36</sup> Idem, p. 70.

<sup>37</sup> Como dito na nota 25, Cony foi um dos fundadores do PCB, em Passo Fundo – RS, na década de 1930. As bandeiras vermelhas colocadas na locomotiva e o teor inflamado do discurso de Hugo dos Santos aos trabalhadores na pedreira, prometendo-lhes melhorias salariais, podem sugerir que os líderes da sedição na Linha-Sul tinham ligações ou, pelo menos, simpatia, pelas ideias comunistas. Nessa perspectiva, o Movimento apresentaria essa peculiaridade: o de mesclar ideais tenentistas e comunistas. Difícil saber em que proporção e intensidade. Santos participou da Revolução de Isidoro Dias Lopes em São Paulo, em 1924, e de conspirações em 1925 (ver nota 87). Cony havia participado de levantes no Rio Grande do Sul, envolvendo disputas entre Federalistas (Maragatos), liderados por Assis Brasil e Republicanos, liderados por Borges de Medeiros. Durante esses levantes, lideranças dos maragatos se aproximaram de Luiz Carlos Prestes, líder do Tenentismo no estado e futuro líder comunista. Ver: DAL FORNO, Rodrigo. A Revolta Tenentista de 1924 e a participação da Aliança Libertadora no Rio Grande do Sul. *RIHGRGS*, Porto Alegre, n. 153, p. 157-174, 2017. O fato de Cony e Santos serem gaúchos, possibilita refletir também, se as bandeiras vermelhas seriam, na verdade, simpatia pelos maragatos, em referência aos seus lenços vermelhos. As ideias e experiências pessoais de Santos e Cony, se encontraram no Sul do Paraná, ao liderarem uma revolta que se deslocou de trem. Relevante dizer que, a Região da Linha-Sul, na década de 1930, foi cenário de forte atividade integralista. A Ação Integralista Brasileira (AIB), elegeu o prefeito de Teixeira Soares, município situado entre Iraty e Ponta Grossa, também servido pela São Paulo-Rio Grande. OLIVEIRA, Luiz Gustavo de. *Devotos do Sigma: integralistas de Teixeira Soares-PR, 1935-1938*. Dissertação de Mestrado em História. UNICENTRO, 2015.

<sup>38</sup> CEDOC/1 - PC 290.69, 1926-1939, p. 189.

Estadual e da estação ferroviária. Como em Mallet e Roxo Roiz, as comunicações telegráficas foram cortadas. Os revoltosos permaneceram em Rebouças até às 15 horas. Realizada a “arrecadação” de dinheiro, armas e mercadorias diversas, partiram com o trem para a cidade de Iraty. Antes disso, às 13 horas, quatro revoltosos “requisitaram” um automóvel, pertencente ao comerciante Frederico França Júnior, para seguirem ao Riozinho, comunidade rural situada entre Rebouças e Iraty. Essa vanguarda repetiu o ritual de cortar os fios do telégrafo na pequena estação ali existente, retornando em seguida para Rebouças.

Após a chegada dos homens do carro, o trem das bandeiras vermelhas partiu no sentido Iraty. Perto das 16 horas, tocou na estação de Riozinho. Nessa localidade, os sediciosos aguardariam a chegada de mais homens vindos de Iraty, recrutados por Adelino Ferreira de Moraes, a fim de fortalecer o Movimento. Sobre esse momento, escreveu empolgadamente José Guedes Quintella, delegado do 3º Distrito Policial de Curityba, responsável pela apuração dos fatos sobre a Revolta na Região de Iraty:

[...] havia chegado, portanto, o momento decisivo: depois de Riozinho, ficava a Meca cobiçada, a Carthago dos seus desejos. Atacada, vencida e tomada Iraty, verdadeira cidadela estrangeira edificada sobre colinas, onde ansiavam por eles tantos corações sediciosos, o resto julgavam todos que era fácil: cairia Ponta Grossa, Curityba, São Paulo e, por fim, com um fragor formidável de tromba que desaba, a Capital do país! [Rio de Janeiro]<sup>39</sup>

O discurso hiperbólico do delegado Quintella lembrou que havia grande número de imigrantes em Iraty, o que era fato, dando a entender que ali muitos apoiariam a revolta. Contudo, não explicou o porquê desse suposto apoio. Provavelmente, poloneses, ucranianos, alemães, italianos e seus descendentes da cidade e do campo, sofressem o mesmo abandono que as autoridades constituídas destinavam aos nacionais. Quintella não conhecia a região e as fontes não confirmaram tal apoio. Se existiu, foi velado. Por outro lado, o delegado parecia acreditar, que uma vez tomada Iraty, cidade chave na Região Sul do Paraná, os rebeldes alcançariam Ponta Grossa e seu entroncamento ferroviário com facilidade. Dali chegariam à capital do estado, Curityba, além de São Paulo e até mesmo à Capital Federal. O tom do delegado Quintella deixava entrever certa simpatia pelos revoltosos. Sua posição, o impedia de expressar abertamente qualquer afinidade a custo do cargo. Na prática, contudo, não

<sup>39</sup> Idem, p. 226.

os condenou. Eram tempos eletrizantes. Em princípio, tudo era possível. Os líderes do movimento da Linha-Sul diziam fazer parte de um movimento maior, nacional. Se era para sonhar, que não fosse por pouco.

Enquanto aguardavam reforços na estação de Riozinho, chegou ao conhecimento dos líderes rebeldes que o fazendeiro Adelino Ferreira de Moraes, que se encontrava em Iraty recrutando homens e angariando suprimentos, fora preso, e que uma resistência se organizava na cidade, tendo à frente o prefeito Zeferino Salles Bittencourt. Alexandre Negro, industrial e residente em Iraty, narrou em seu depoimento<sup>40</sup> que, por volta do meio-dia, Bittencourt soube de um ataque iminente à cidade, por intermédio de um empregado da ferrovia. Esse mesmo empregado, recebeu a notícia de que as cidades ao Sul de Iraty haviam sido tomadas por rebeldes contrários ao governo. Ciente desses fatos, Bittencourt reuniu voluntários para evitar que a cidade fosse atacada e saqueada, como Mallet, Roxo Roiz e Rebouças nas horas anteriores. Negro informou também que o prefeito fora alertado por Gumercindo Silva, um comerciante local que recebeu uma carta de Adelino Ferreira de Moraes, apoiador dos sediciosos. A carta enviada por Adelino pedia o apoio de Gumercindo ao Movimento, informando que a cidade de Iraty seria o alvo da Sedição.<sup>41</sup> Após saber da carta recebida por Gumercindo, o prefeito solicitou a prisão de Adelino. O Movimento, portanto, acabou delatado por um operário da ferrovia e um comerciante de Iraty. O inquérito elaborado pelo delegado Quintella não informou como os sediciosos estacionados no Riozinho souberam da prisão de Adelino. Entretanto, é provável que houvesse rebeldes infiltrados em Iraty, além do fazendeiro Adelino Moraes. Sem “olhos e ouvidos” na cidade, Hugo Guimarães dos Santos e João Cony, dificilmente teriam tal informação.<sup>42</sup>

Enquanto o prefeito Bittencourt organizava a defesa de Iraty, colocando piquetes com homens armados em pontos estratégicos, obstruindo a linha férrea e cavando trincheiras na estrada que ligava Iraty ao Riozinho, os líderes do Movimento ponderavam o próximo passo. Cientes de que a chegada do trem rebelde era aguardada em Iraty por homens prevenidos e armados, os insurgentes decidiram evitar o confronto e mudaram de planos. Por volta das 18 horas, abandonaram o trem na estação de Riozinho e seguiram para a

<sup>40</sup> Idem, p. 132-133.

<sup>41</sup> A carta dizia: “Iraty, 25 de maio de 1926. Amigo Gumercindo Silva, Saudações. O negócio que falamos [Sedição] é para essa madrugada de amanhã, 26, de maneira que lhe espero a uma hora da madrugada na saída que vai para o Riozinho. Nosso pessoal vem de Roxo Roiz, já foi tomada São Matheus e logo serão Mallet e Roxo Roiz e seguem para aqui. Peço que traga tudo que tiver no assunto. Leia e rasgue. Estamos com elementos bons. Saudações Adelino”. Idem, p. 183-184.

<sup>42</sup> Idem, p. 226.

cidade de São Matheus, pela estrada que ligava ambas as localidades.<sup>43</sup> Antes de partirem para São Matheus, os rebeldes removeram vários trilhos da ferrovia, visando impedir a circulação dos trens, segundo informaram os operários da estada de ferro Cypriano Soares e Nicolau Grokoski, o telegrafista Moacyr Costa Preta, o comerciante Marcelino Cruz e sua esposa Maria da Cruz e o guarda-livros Celso Pereira Borges, todos moradores no Riozinho.<sup>44</sup>

Sobre a mudança de planos dos revoltosos, o delegado Quintella descreveu em seu estilo floreado:

Nisto, quando se encontravam graves, monossilábicos, discutindo com largos hiatos de silencio tumular, se teriam ou não coragem necessária para atacar aquela Verdun em miniatura infinitesimal, não se sabe como, eis que principia a correr de boca em boca, no trem sedicioso, que o prefeito daquela Sagunto, o Coronel Zeferino Bittencourt, a frente de 60 homens, menos 240 que o número de espartanos com os quais contou Leônidas nos desfiladeiros das Termopylas, os esperavam como granadeiros da velha guarda napoleônica graves, hirtos, ameaçadores.<sup>45</sup>

Os líderes rebeldes Hugo dos Santos, Cascudo, Henrique Corrêa e Waldemar Rodrigues, decidiram não enfrentar a resistência organizada em Iraty. Afinal, poucos quilômetros adiante, 60 homens armados com Winchesters e Mausers de grosso calibre, os aguardavam entrincheirados. Talvez, abastecidos com muita munição. Ao escrever *a posteriori*, Quintella compreendeu a decisão dos rebeldes em deter o trem e o Movimento no Riozinho: evitar muitas baixas e, por certo, um massacre. Até então, seus ataques haviam contado com o elemento surpresa e a escuridão da noite. Naquele momento, porém, os rebeldes não eram mais do que alvos. Nem mesmo o trem blindado com pranchões de pinho os animou a ir em frente, entrar na cidade e enfrentar o fogo cruzado. Em lugar de rumar para o Norte, os líderes seguiram para o Sudeste, em direção à cidade de São Matheus, no automóvel tomado em Rebouças. Os demais insurgentes seguiram pela estrada, a pé. Antes de alcançar São Matheus, na localidade denominada Barra, por volta das 23 horas, os ocupantes do automóvel foram surpreendidos por um grupo de 15 “legalistas”, armados de fuzis, chefiado por João Andrade

---

<sup>43</sup> Idem, p. 136.

<sup>44</sup> Idem, p. 128-132.

<sup>45</sup> Idem, p. 227.

Oliveira<sup>46</sup>, comerciante e morador local, o qual lhes deu voz de prisão.<sup>47</sup> Nesse momento, houve uma confusão. Aproveitando-se dela e da escuridão da noite, Cascudo e Waldemar fugiram com o automóvel, reunindo-se a João Cony e demais revoltosos, os quais seguiam pela estrada. Hugo Guimarães dos Santos e Henrique Corrêa Lima foram presos.

Temendo baixas, em eventual troca de tiros com os legalistas na Barra, João Cony decidiu encerrar as operações do Levante ali mesmo, no meio da noite e da estrada entre Riozinho e São Matheus. Junto com Cascudo e Hygino Azeredo, Cony conduziu o automóvel até a cidade de Palmeira, abandonando-o ali.<sup>48</sup> Nos registros processuais, o depoimento de Maurilio Fabricio Vieira, comerciante de madeira, apresentou pistas sobre o paradeiro dos três fugitivos. Vieira confirmou ter se encontrado com Cascudo, Hygino e Cony na vila de Palmeira, em 28 de maio, ou seja, dois dias após os eventos sediciosos. Segundo Vieira, eles seguiram para o Rio Grande do Sul, para Pelotas, “cidade da senhora de Cony”, ou Passo Fundo, “local onde tinha seus contatos”.<sup>49</sup> O dinheiro arrecadado, armamentos, munições e demais produtos, abiscoitados nos comércios das cidades tomadas pelos rebeldes, nunca foram encontrados, muito menos devolvidos.<sup>50</sup>

Os indiciados pelo delegado Quintella como autores da Sedição foram: os comerciantes Hugo Guimarães dos Santos, Raymundo Rocha dos Santos e Francisco Orocil de Medeiros, os barbeiros João Barbosa (vulgo João Barbeiro) e Henrique Corrêa Lima, o agenciador de negócios Sebastião Tácito Correia, o engenheiro Miguel Joseph Kisielewski, o fazendeiro Adelino Ferreira de Moraes, os lavradores Hygino Azeredo e Emilio Cordeiro, além de João Cony e Waldemar Rodrigues, de profissões desconhecidas.<sup>51</sup> Esses homens, de diferentes profissões, estiveram diretamente envolvidos com o movimento da Linha-Sul. Certamente, muitos outros escaparam e não constaram do inquéri-

<sup>46</sup> Outros membros deste grupo, ouvidos ao longo Inquérito foram: o guarda-livros Antônio Silveira Brasil, o lavrador João Gonçalves Cardoso e o professor Luiz Honório de Pontes. Idem, p. 124-128.

<sup>47</sup> Consta no depoimento de João Andrade Oliveira que ele sabia sobre os saques realizados nas cidades da Linha-Sul, não informando, contudo, como soube. Idem, p. 109-110.

<sup>48</sup> No depoimento de Lúcio Ribeiro Branco, guarda-livros de Frederico França Júnior em Rebouças, em 29 de maio, informou ter sido avisado pelo delegado de Palmeira, José Pereira de Moraes, que o carro de seu patrão estava sob guarda da polícia local. Branco e França, se dirigiram até Palmeira, a fim de recuperá-lo. Das “requisições” feitas pelos rebeldes, foi a única a retornar ao dono. Idem, p. 106.

<sup>49</sup> Idem, p. 44.

<sup>50</sup> Consta na autuação dos crimes, no processo, que, após a decisão de João Cony encerrar o Movimento, na noite de 26 de maio, o dinheiro angariado foi dividido entre os líderes rebeldes. Porém, tal informação não foi confirmada nos depoimentos prestados pelos “líderes”. Idem, p. 145-160.

<sup>51</sup> Idem, p. 227-228.

to. Exceto os líderes, a maioria morava na região do levante. Gente que sofria com o descaso do governo federal, estadual e a opressão dos poderosos locais. Motivos para a Revolta não faltavam.

Hugo Guimarães dos Santos e Henrique Corrêa Lima, presos na Barra, foram transferidos para Rebouças, de onde fugiram no mesmo dia de sua prisão, 27 de maio.<sup>52</sup> Após a fuga, ambos seguiram para a comunidade rural de Marumby dos Ribeiros, pertencente a Roxo Roiz (Rio Azul). Depois foram para Faxinal Bonito, situado entre as cidades de Roxo Roiz e Mallet.<sup>53</sup> Nessa localidade, em plena mata de araucárias, em 24 de junho, Hugo Guimarães dos Santos foi preso por um destacamento do Exército na casa de Pedro Daniel Simplício, morador local com quem Hugo dos Santos possuía amizade e negócios madeireiros. Henrique Corrêa conseguiu escapar, mas foi preso na cidade catarinense de Lages em 28 do mesmo mês. Ambos foram conduzidos presos para Curitiba.

Por ocasião da prisão de Hugo dos Santos, os militares encontraram na residência de Simplício dois fuzis Mauser<sup>54</sup> e munição de diferentes armas e calibres, além do “Livro-Caixa da Revolução”, contendo registros sobre o montante em dinheiro, armamento e demais itens “requisitados” pelos rebeldes nas cidades atacadas. Esse importante documento não foi incorporado ao processo. Porém, como consta no Relatório Final do Inquérito, há a informação de que o mesmo foi enviado como “anexo”, sendo arquivado num cartório em Curitiba onde ficaria à disposição das investigações.<sup>55</sup> Cony, Cascudo e Capitão Silêncio (Hygino Azeredo), foram vistos pela última vez em Rio Caçador, Santa Catarina, tendo como possível destino Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

<sup>52</sup> Rumores registrados no processo indicam que Honorato Pinto Ferreira, delegado responsável pela prisão, teria facilitado a fuga mediante o pagamento de 15 contos de réis, feito por Hugo Guimarães dos Santos. Contudo, dez testemunhas ouvidas na cidade de Rebouças, afirmaram se tratar de boatos infundados. Em seu depoimento, o delegado Honorato Pinto Ferreira afirmou que Hugo e Henrique foram levados inicialmente para sua casa. Que a fuga de ambos se deu quando pediram para se “aliviar” em uma mata nos fundos da residência. *Idem*, p. 119-127.

<sup>53</sup> Tais localidades constituíam Faxinais, comunidades rurais tradicionais que se organizavam em torno de um criadouro comum de animais, soltos dentro de um grande cercado em áreas florestais, circundado por roças de subsistência. Tais comunidades eram comuns no Sul do Paraná, ocorrendo também nos estados sulinos à época da Sedição, existindo atualmente remanescentes das mesmas. CHANG, Man Yu. *Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná*. Londrina: IAPAR, 1988; NERONE, Maria Magdalena. *Sistema faxinal: terras de plantar, terras de criar*. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2015.

<sup>54</sup> Havia grande difusão de armas no Sul do Paraná. Como foi possível verificar no processo, seu comércio era comum em armazéns e casas comerciais, tanto que foram objeto de interesse dos revoltosos. Revólveres, espingardas e fuzis, marcavam o cotidiano da população na região. Whinchester, Mauser e Smith & Wesson, eram marcas conhecidas de armamento desde os tempos da Guerra do Contestado.

<sup>55</sup> CEDOC/1 - PC 290.69, 1926-1939, p. 228 e 231.



Emilio Cordeiro e Waldemar Rodrigues, segundo depoimentos de João Amaro e Pedro Daniel Simplício, seguiram com um grupo rumo à cidade de Cruz Machado, perto da divisa com Santa Catarina.<sup>56</sup>

Sebastião Tácito Correa, João Barbosa, Francisco Orocil Medeiros e Benedito Correa Lima, foram presos nas proximidades da Linha-Sul pelo Exército e remetidos à cadeia municipal de Iraty. Miguel Joseph Kisielewski e Adelino Ferreira de Moraes foram presos pelos delegados de Roxo Roiz e Iraty e recolhidos na cadeia pública de Iraty. Ao final do inquérito, o delegado Guedes Quintella, responsável pela investigação até então, advertiu que a prisão de Cony, Cascudo e demais sediciosos era essencial, pois “[...] seu audacioso procedimento, demonstrou grande temibilidade e por serem elementos por demais nocivos a ordem social”.<sup>57</sup> Cony, Cascudo, Emilio e Waldemar, no entanto, nunca foram presos.

Ao todo, o processo arrolou 43 indiciados que foram divididos em dois grupos: os autores, já mencionados, e os cúmplices. Este segundo grupo era composto pelo chofer Ismael Pedroso, o comerciante Marcilio Nunes (vulgo Negro Nunes), o guarda chaves Benedicto de Paula, o caixeiro Pedro Horochoski, o feitor da estrada de ferro Demétrio Koloda, o alfaiate Miguel Kaust, os turmeiros austríacos José Kutsi e Estefano Scozoski e os turmeiros brasileiros Gregório Paulino, Basílio Kubass e Simão Kurduna, os carpinteiros Alberto Adolphato e Alberto Helibrante, os lavradores Joaquim Pedroso, Plácido Kaule, Sebastião Constante, Zacharias Pedroso, João Carlos Cardoso, José Ferreira Franco, Benedicto Corrêa Lima, Henrique Schilipacki, Manoel Carneiro Sobrinho, Estefano Lososki, Simão Kothmann e João Francisco de Souza. Ainda foram arrolados como cúmplices: Octavio Cordeiro, Leonel Cordeiro, Theodoro Laurentino, Sebastião Fernandes, João Cesário, João Laurentino, João Kutz, João Bevilaqua e Alfredo Jacques, de profissões ignoradas. Certamente, o número de envolvidos na Sedição foi maior, mas nem todos foram alcançados pelo processo.<sup>58</sup> Todos os indiciados foram denunciados

---

<sup>56</sup> Idem, p. 171-172.

<sup>57</sup> Idem, p. 07.

<sup>58</sup> Idem, p. 228-232.

pelos crimes previstos nos artigos 356<sup>59</sup>, 357<sup>60</sup> e 358<sup>61</sup> do Código Penal de 1890. Aqueles incluídos no grupo dos “autores”, foram acusados, também, pelo crime previsto no artigo 107 do mesmo Código Penal.<sup>62</sup>

Após as investigações realizadas, entre junho e agosto de 1926, e que resultaram no detalhado *Relatório da Tentativa de Sedição*<sup>63</sup>, redigido de forma peculiar pelo delegado Quintella, o Inquérito Policial foi remetido, em 09 de agosto daquele ano, ao Juízo Federal da Seção Paraná, responsável pelo julgamento. Entretanto, somente parte dos nomeados como autores, sendo eles: Hugo Guimarães dos Santos e Henrique Corrêa, permaneceram presos ao longo das inquirições do processo. Sobre os demais autores, presos em Iraty, não houve notícias de seu paradeiro. Possivelmente, após as investigações do Inquérito Policial, Waldemar Rodrigues, Sebastião Tácito Correia, Miguel Joseph Kisielewski, João Barbosa e Francisco Orocil de Medeiros foram postos em liberdade, visto que, se estivessem presos, teriam sido remetidos à capital do estado, como ocorreu com Hugo e Henrique, presos na Região da Linha-Sul. Aqueles acusados como cúmplices permaneceram foragidos ou em local incógnito. Segundo os autos, isso ocorreu porque a maioria dos réus fugiu de suas cidades ou se escondeu em áreas rurais, provavelmente em faxinais, onde contavam com a ajuda de amigos e parentes.

Durante o julgamento<sup>64</sup>, presidido em Curitiba pelo Juiz Federal João Baptista Carvalho Filho, a defesa de Hugo Guimarães dos Santos foi representada pelo advogado Raul Péricles Carneiro de Souza e a de Henrique Corrêa Lima por Diógenes Lobato. Os demais acusados, que não compareceram, foram representados pelo Curador de Ausentes Leônidas Moura Loyola. Após as audiências, realizadas em 3 e 17 de fevereiro e 3 e 8 de março de 1927, nas

<sup>59</sup> “Subtrair, para si ou para outrem, cousa alheia móvel, fazendo violência a pessoa ou empregando força contra a cousa” - BRASIL. Código Penal dos Estado Unidos do Brazil, Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Brasília: Presidência da República - Casa Civil (Sub-chefia para Assuntos Jurídicos), 2021.

<sup>60</sup> “Julgar-se-á feita violência a pessoa todas as vezes que, por meio de lesões corporais, ameaças ou outro qualquer modo, se reduzir alguém a não poder defender os bens próprios, ou alheios sob sua guarda” - Ibidem.

<sup>61</sup> “Julgar-se-á violência feita às coisas a destruição e rompimento dos obstáculos á perpetração do crime, como arrombamentos internos e externos, perfuração de paredes, introdução dentro da casa por conduto subterrâneo, por cima dos telhados ou por qualquer caminho que não seja destinado a servir de entrada ao edifício e a qualquer das suas dependências” - Ibidem.

<sup>62</sup> Tentar, diretamente e por fatos, mudar por meios violentos a Constituição Política da República, ou a forma de governo” - Ibidem.

<sup>63</sup> O Relatório Final do Inquérito estampou a primeira página de dois jornais em 17 de agosto de 1926: o curitibano *O Estado do Paraná* (n. 493) e o paulistano *O Combate* (n. 4.420). Este último, era um jornal anarquista e operário que circulou a partir de 1914 e durante a década de 1920.

<sup>64</sup> CEDOC/1 - PC 290.69, 1926-1939, p. 268-295.

quais foram ouvidas 8 testemunhas<sup>65</sup>, a defesa trabalhou para romper com a narrativa de que os réus integravam um grupo revolucionário.<sup>66</sup> Para tanto, os três advogados buscaram invalidar as provas colhidas (testemunhos) durante o inquérito, levado a cabo pelo delegado Quintella que percorreu a região e sabia da existência concreta da sedição e sua conexão com movimentos tenentistas daquele período:

[...] sempre mais ou menos arbitrárias e violentas de apurar fatos criminosos, maximé numa época de intensa agitação tal, [referência às revoltas tenentistas] como a em que se desenvolveu o inquérito que serviu de base a denúncia constante deste processo, quando uma das revoluções que mais abalaram a mentalidade nacional sacudiu o organismo do país [referência à Revolução de 1924].<sup>67</sup>

Outra estratégia utilizada pela defesa foi demonstrar que, das 8 testemunhas ouvidas no julgamento, apenas duas presenciaram os fatos.<sup>68</sup> E, dessas duas, apenas o chefe do trem P-8, número 44, Manoel Peixoto, indicou alguns nomes dos sujeitos arrolados no processo.<sup>69</sup> Com isso, a defesa invocou o adágio de jurisprudência *unus testis, testis nullus*, segundo o qual, o testemunho de uma só pessoa não basta para estabelecer juridicamente a verdade de um fato.<sup>70</sup> Em suma, a defesa dos réus se empenhou para que o processo fosse retirado da guarda do Juízo Federal e remetido para julgamento na justiça local. Ao descaracterizar o crime de sedição que recaía sobre os réus, o objetivo era identificar a incompetência daquele juízo, de maneira que o processo fosse remetido à Comarca de Iraty. Os argumentos dos advogados Raul Péricles Carneiro de Souza, Diógenes Lobato e Leônidas Moura Loyola surtiram efeito e o processo foi enviado para Iraty, em 22 de abril de 1927, conforme consta na decisão do Juiz Federal João Baptista Carvalho Filho.

---

<sup>65</sup> As testemunhas foram: o ex-prefeito de Iraty Zeferino Salles Bittencourt, o comerciante Luiz Machado Balster e o ex-delegado de Mallet Alfredo Prestes. Além de Carlos Ross, Arthur Ferreira, Jarbas Saldanha, Hugo Palmquist e Manoel Peixoto, todos funcionários da Companhia Ferrovia São Paulo-Rio Grande (diretor representante, chefe geral de contabilidade, funcionários da estrada de ferro e chefe de trem, respectivamente). Idem, p. 268-305.

<sup>66</sup> Idem, p. 296-303.

<sup>67</sup> Idem, p. 292.

<sup>68</sup> O ex-delegado de Mallet Alfredo Prestes e o chefe de trem Manoel Peixoto.

<sup>69</sup> Em seu depoimento Peixoto indicou ter reconhecido: Cascudo, Waldemar Rodrigues e João Cony. Idem, p. 282-284.

<sup>70</sup> Idem, p. 296-303.

[...] se os fatos que ocorreram na madrugada de 26 de maio do ano passado, na Estação de Mallet, neste Estado, e os que se lhes seguiram eram uma cooperação dos que nele tomaram parte, no movimento que teve início à 5 de julho de 1924, em S. Paulo, e que perturbou a ordem em diversos Estados da União, teria havido, da parte de seus autores, uma mais grave inflição à lei penal. Não se trataria de um simples embaraço à ação da autoridade pública, mas de ato evidente com o intuito de anular a própria autoridade [...]. No entanto, nem no inquérito, nem na formação de culpa, não há prova, por onde se infira que os denunciados visavam fins idênticos aos que operaram em S. Paulo.<sup>71</sup>

O maior problema enfrentado pelas autoridades judiciais durante o julgamento foi a falta de testemunhas. Diferente do inquérito que ouviu mais de 100 pessoas, no julgamento apenas 8 testemunhas foram ouvidas. O Juiz Federal João Baptista Carvalho Filho convocou, entre janeiro e março de 1927, diversas testemunhas, contudo, recebeu como resposta das Comarcas da Linha-Sul: “não reside nesta comarca”, “falecido”, “mudou-se”, “não encontrado”.<sup>72</sup> Desta forma, é compreensível a decisão do juiz em desconsiderar o crime de sedição, visto que, foi impossível comprová-la ou relacioná-la com outras sedições do período, a partir dos poucos depoimentos colhidos durante as audiências. A demora da justiça em seus procedimentos permitiu que os participantes do Movimento se esquivassem de seu alcance. O fato do juiz não ter conseguido ouvir as testemunhas de que precisava para cumprir os trâmites legais, não significava que as mesmas não existissem, da mesma forma que a própria Sedição. A Ferrovia São Paulo-Rio Grande, bancos, casas comerciais e coletorias visitadas pelos rebeldes, discordariam da decisão do juiz, tomada em seu escritório na capital. Ficou evidente que, não testemunhar sobre o caso diante do juiz, significava evitar problemas com a justiça e até mesmo a prisão.

Ainda sobre o julgamento em Curitiba, é importante dizer que a defesa de Hugo Guimarães dos Santos declarou que o mesmo era vítima de uma “indiscriminada perseguição”. Ao serem arroladas as testemunhas acusatórias, sobretudo aquelas que possuíam vínculo com a Companhia São Paulo-Rio Grande, a defesa argumentou:

[...] pelo advogado de Hugo Guimarães foi dito que contestava o depoimento das testemunhas nos pontos em que possa envolver supostas responsabilidades de Hugo Guimarães, porquanto

<sup>71</sup> Idem, p. 308-309

<sup>72</sup> Idem, p. 290-300.

os depoentes são empregados da Companhia de Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande, a qual o referido denunciado [Hugo Guimarães] está responsabilizando judicialmente por perdas e danos causados a si [...] sendo assim, os depoentes são suspeitos de parcialidade.<sup>73</sup>

Sobre esse fato, simultaneamente ao processo em questão, Hugo Guimarães dos Santos movia um processo judicial contra a Companhia Ferroviária São Paulo-Rio Grande. Segundo Santos, em comunicado publicado no jornal da capital paranaense, *O Dia*, a Companhia São Paulo-Rio Grande havia se apropriado de vários vagões ferroviários de sua propriedade, na cidade de Iraty, como forma de indenização pelos prejuízos sofridos pela ação dos revoltosos em 1926.

[...] sabendo que eu me achava preso, incomunicável, primeiro nesta capital [Curitiba] e depois nas ilhas das Cobras, Bom Jesus e Trindade, os presídios prediletos do Presidente Bernardes, aproveitou-se covardemente da minha situação, determinando por um simples telegrama<sup>74</sup> aos seus subordinados que meus vagões, em circulação naquela via férrea, fossem apreendidos, deles retirando o meu nome, o qual foi substituído pelo da Companhia [São Paulo-Rio Grande] o que constituiu o cúmulo da audácia e do cinismo [...].<sup>75</sup>

Não foi possível acessar o processo movido por Hugo Guimarães contra a Companhia São Paulo-Rio Grande. Contudo, foram publicadas em jornais da capital paranaense diversas matérias narrando o desfecho do mesmo.<sup>76</sup> Uma notícia divulgada no *Diário da Tarde*, em edição de 29 de janeiro de 1930<sup>77</sup>,

<sup>73</sup> Idem, p. 282-284; 288-296.

<sup>74</sup> Sobre o conteúdo do telegrama de João Moreira Garcez, enviado a funcionários a Companhia São Paulo-Rio Grande: “Chegou ao meu conhecimento que Hugo Guimarães dos Santos, a frente de um grupo de bandoleiros armados, atacou o trem P-8 em Mallet no dia 26 do mês findo, em vista de ter o assaltante roubado do aludido trem o cofre, contendo as remessas deste, recomendo-vos mandar retirar seu nome dos vagões que contratou a Cia. e empregar esses veículos em serviços exclusivos de transporte da estrada até que a Cia. seja indenizada dos prejuízos que lhe foram causados”. *O DIA*, Curitiba, n. 1.699, de 12 de novembro de 1927, p. 4.

<sup>75</sup> Idem, p. 4.

<sup>76</sup> *O DIA*, Curitiba, números com publicações referentes ao processo em 1927: 1209, p. 1; 1216, p. 4; 1224, p. 4; 1232, p. 2; 1699, p. 4; 1772, p. 2; 1725, p. 4; 1740, p. 2; 1. Números com publicações referentes ao processo em 1928: 1741, p. 2; 1745, p. 2; 1748, p. 2; 1753, p. 2; 1754, p. 2; 1773, p. 4; 1900, p. 2; 1904, p. 2; 1951, p. 2; 1995, p. 2; 2012, p. 2; 2087, p. 2; 2088, p. 2; 2092, p. 2; 2116, p. 2 e 2458, p. 8.

<sup>77</sup> *DIÁRIO DA TARDE*, Curitiba, n. 10.664, 29 de janeiro, 1930, p. 8. A mesma notícia foi publicada no jornal *O DIA*, Curitiba, n. 2458, 29 de janeiro de 1930, p. 8.

confirmou que Hugo dos Santos venceu a demanda e teria direito a uma polpuda indenização de mil contos de réis da Companhia. A notícia trazia como manchete: *A decisão final de um grande pleito judiciário: em última instância Hugo Guimarães dos Santos vence a demanda contra a São Paulo-Rio Grande*. Mesmo justificando a apreensão dos vagões de Hugo dos Santos, caracterizando sua participação na tomada do trem e no arrombamento do cofre como um ato de “bandoleiros armados”, a São Paulo-Rio Grande perdeu a disputa.

O processo contra os sediciosos foi retomado e teve continuidade na Comarca de Iraty, em 1927. A partir de então, seguiu lentamente, favorecendo os acusados. O que certamente, atendia às expectativas dos advogados de defesa. Muitas testemunhas foram intimadas a depor. Poucas compareceram. Em Iraty, repetiram-se os mesmos problemas enfrentados pelo Juízo Federal da Seção Paraná, em Curityba. Em outubro de 1927, poucos meses após a abertura do processo na Comarca de Iraty, Raul Péricles, advogado de Hugo dos Santos, em uma publicação no jornal curitibano *O Dia*, novamente denunciaria que seu cliente sofria uma indiscriminada perseguição, no caso, por parte do juiz daquela localidade. Na publicação em questão, o advogado Péricles, listou irregularidades cometidas pelo juiz de Iraty contra seu cliente, e anunciava que entraria com um pedido de suspeição, visto que o mesmo não julgava o caso de forma imparcial.<sup>78</sup>

De fato, o advogado entrou com tal pedido na mesma semana da publicação da notícia. Segundo a defesa, por “interesse particular da causa contra o excipiente, [o juiz] manifestava contra o mesmo maior animosidade possível [...] o perseguindo de forma atroz”. Para o advogado de Hugo dos Santos, o juiz de Iraty não julgava de forma isenta por ter sido vítima dos eventos sediciosos de 1926. Como consta no processo, Eduardo Xavier da Veiga, juiz da Comarca de Iraty, era sócio em uma casa comercial saqueada pelos revoltosos na cidade de Rebouças.<sup>79</sup> Da mesma forma, a defesa ainda alegou, no dito pedido de suspeição, que Hugo Guimarães dos Santos foi o único réu a ter mandado de prisão expedido, e que o magistrado Veiga, adiou ao máximo sua soltura, mesmo após obter *habeas corpus*.<sup>80</sup> Enfim, Péricles alegou que Veiga confabulava com advogados da Companhia São Paulo-Rio Grande contra seu

<sup>78</sup> O DIA, Curityba, n. 1682, 11 de outubro de 1927, p. 4.

<sup>79</sup> O estabelecimento não foi identificado.

<sup>80</sup> CEDOC/1 – PC 290.69, 1926-1939, p. 366-367.

cliente.<sup>81</sup> O pedido de suspeição do juiz da Comarca de Iraty, aliado à escassez de testemunhas dispostas a colaborar com as investigações, paralisou o andamento do processo, em meados de 1928.

O processo foi retomado somente em 1934, sob a justificativa do elevado número de processos a serem julgados no fórum da Comarca de Iraty.<sup>82</sup> É possível que isso tenha contribuído para essa paralisação de quase seis anos, mas é possível, também, que houvesse a pendência do impedimento do juiz. Em 1934, em pleno governo de Getúlio Vargas, talvez não houvesse tanto interesse em revolver questões políticas da chamada República Velha. Mesmo com a retomada do processo, o mesmo prosseguiu lentamente por mais alguns anos. Outras intimações para testemunhas e réus foram expedidas até meados de 1938. Daí por diante, foi cada vez mais difícil intimar testemunhas ou cumprir mandados de prisão. Tanto réus como testemunhas faleceram e, certamente, muitos dos envolvidos Sedição, simplesmente desapareceram. Em maio de 1938, o promotor público, Alberto de Carvalho Seixas, solicitou ao juiz da comarca a prescrição dos crimes. Joaquim Ferreira Guimarães, então juiz da Comarca de Iraty, acatou o pedido e, em 7 de agosto de 1939, decretou a prescrição dos crimes constantes do processo. Em seguida, o mesmo foi arquivado.

Segundo os autos, os sediciosos arrecadaram aproximadamente, em dinheiro, uma importância estimada em dezesseis contos e novecentos e vinte e oito mil e seiscentos réis (16:928\$600). Nesta quantia, todavia, não foram contabilizados os valores das armas, munições e demais mercadorias “requisitadas” de armazéns e casas comerciais. Ou seja, o real montante angariado ou prejuízo, decorrente das ações dos insurgentes, na noite de 26 de maio de 1926, no Sul do Paraná, foi muito superior ao registrado. De tudo isso, nada foi recuperado ou se teve notícia. Exceção do automóvel do comerciante de Rebouças, Frederico França Júnior, reavido em Palmeira, não se sabe em que condições.<sup>83</sup>

---

<sup>81</sup> Após a Justiça Federal desconsiderar o crime de sedição, os réus passaram a ser julgados pelos crimes comuns (artigos 356, 357 e 358 do Código Penal de 1890). Como prejudicada na ação rebelde, a Companhia São Paulo-Rio Grande buscou ser ressarcida por seus prejuízos. Os donos de casas comerciais, coletorias e bancos, não foram mencionados nesse aspecto. Ficaram no prejuízo.

<sup>82</sup> *Idem*, p. 392.

<sup>83</sup> Ver nota 48.

## Reflexões sobre uma Sedição Tenentista no Sul do Paraná

Ao longo do detalhado Inquérito Policial, conduzido pelo Delegado do 3º Distrito de Curitiba, José Guedes Quintella, e seu escrivão, Sezino Teixeira de Amorim, foram ouvidas mais de 100 pessoas nas cidades de Mallet, Roxo Roiz, Rebouças, Iraty e Ponta Grossa, entre junho e agosto de 1926. Os eventos ocorridos em 26 e 27 de maio, configuraram um Movimento Sedicioso que teve a Ferrovia São Paulo-Rio Grande e municípios por ela percorridos, no Sul do Paraná, como palco de suas ações. Segundo o “Relatório da Tentativa de Sedição”, os revoltosos tinham como objetivos conseguir dinheiro, armas, munições e víveres, para apoiar um movimento mais amplo, de proporção nacional. Suas ligações com desertores do Exército evidenciam de forma clara a característica tenentista do movimento no Sul do Paraná. De fato, conseguiram alcançar parte de seus objetivos, mas a notícia da resistência armada em Iraty suscitou súbita mudança de planos, como veremos adiante.

Contudo, as investigações do delegado Quintella não foram comprovadas durante o julgamento ocorrido em Curitiba, em meados de 1927. Isto se deu pela falta de testemunhas que corroborassem a narrativa apresentada pelo delegado em seu Relatório. Mesmo que os sujeitos envolvidos nos eventos na Linha-Sul não fossem condenados pelo crime de sedição, a existência da mesma foi concreta. Os fatos ocorridos naqueles dias de maio de 1926 não podem ser definidos como mera ação de bandoleiros, ou seja, podemos compreender tais ações coordenadas como um Movimento que integrou o horizonte revolucionário da década de 1920. Assim, os acontecimentos de maio 1926, na Linha-Sul, podem ser interpretados como um Movimento Sedicioso de cunho Tenentista, apesar de malgrado, em função da resistência a ele organizada, na cidade de Iraty. As “requisições” de armas, munições e dinheiro em estabelecimentos comerciais, bancos e repartições públicas, realizadas em nome de Isidoro Dias Lopes, engajavam diretamente os rebeldes da Linha-Sul no Tenentismo nacional.

Tal afirmação pode ser aprofundada quando observamos a teia de relações pessoais envolvendo Hugo Guimarães dos Santos, tanto no Paraná quanto na Capital Federal, bem como em São Paulo. Hugo Guimarães dos Santos era gaúcho, mas vivia em São Paulo<sup>84</sup> como empresário no comércio de madeiras, com matrícula na Junta Comercial local.<sup>85</sup> O Processo Criminal registrou que Hugo dos Santos era influente e conhecido comerciante de madeiras na Região

<sup>84</sup> Na capital paulista, sua residência se situava à Rua Major Maestro Cardim, n. 44.

<sup>85</sup> O escritório de sua empresa, H. G. Santos & Cia., se localizava na Rua Benjamin Constant, n. 1, segundo andar.



Sul do Paraná, de onde provinha a madeira que vendia em São Paulo, Região essa que serviu de cenário para as ações sediciosas nas quais se envolveu.

Pelos autos, é possível notar que a figura de Hugo Guimarães dos Santos teve importância emblemática no Levante de 26 de maio, tanto na organização do Movimento como por sua atuação direta. Em função de seu ramo de negócios e vida pessoal, Santos tinha contatos em diferentes partes do País. Segundo o processo, suas relações pessoais incluíam “oficiais desertores do Exército” e “importantes figuras públicas” em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro.<sup>86</sup> Santos via com simpatia os movimentos de resistência que agitavam aquele período. Em entrevista ao jornal curitibano *Gazeta do Povo*, em abril de 1927, em parte reproduzida pelos periódicos *O Diário da Noite*, *O Combate* e *A Gazeta*, todos da capital paulista, e o *Correio da Manhã*, da Capital Federal<sup>87</sup>, o entrevistado Hugo dos Santos foi identificado como um “ex-revolucionário envolvido em movimentos sediciosos desde 1924, e que se tornou famoso após a Linha-Sul, Movimento do qual foi inspirador e cabeça”.<sup>88</sup>

Em seu depoimento<sup>89</sup>, prestado na Delegacia de Polícia de Roxo Roiz, Hugo Guimarães dos Santos afirmou que, em fevereiro de 1926, encontrava-se hospedado no Hotel França, em Ponta Grossa, Paraná, onde foi procurado por oficiais desertores do Exército. Eram o capitão Carlos da Costa Leite e alguns “tenentes”, de quem se recordou somente de Cavalcante e Delson de Menezes. Conforme Santos, tais oficiais o procuraram para saber se ele, Hugo dos Santos, possuía ligações com alguém chamado João Cony. Além disso, os militares desertores informaram sobre um levante revolucionário que ocorreria em todo o País em 1º de março, data das eleições presidenciais. No estado do Paraná, o levante aconteceria na capital Curitiba, tendo como o líder principal o carioca Chistovam Barcellos. Conforme o capitão Carlos

<sup>86</sup> CEDOC/1 - PC 290.69, 1926-1939, p. 229.

<sup>87</sup> *O DIÁRIO DA NOITE*, São Paulo, n. 100, 28 de abril de 1927, p. 4; *O COMBATE*, São Paulo, n. 4.387, de 28 de abril de 1927, p. 4; *A GAZETA*, São Paulo, n. 6.371, de 29 de abril de 1927, p. 2; *CORREIO DA MANHÃ*, Rio de Janeiro, n. 901, de 28 de abril de 1927, p. 2.

<sup>88</sup> Uma das raras menções à trajetória de Hugo Guimarães dos Santos, em outros movimentos da década de 1920, foi registrada em breve texto publicado na revista carioca *O Malho* (n. 1.170, de 14 de fevereiro de 1925, p. 14). Nessa publicação, consta que um grupo composto por: João Baptista, Waldemar Aragão da Silveira e Jayme de Almeida, todos desertores do 4º Regimento de Artilharia Montada; Tenentes Alfredo Malluf e Waldemar Levy Cardoso; Américo Bruno, ex-sargento da Força Pública; Paschoal Lembo, impressor de boletins sediciosos; Luiz Rebello, tenente reformado da Força Pública e Antônio Marcello Junior, estavam organizando um movimento sedicioso na capital paulista, em 1925. Segundo a referida notícia, Hugo Guimarães dos Santos era um dos líderes desse Movimento, emprestando o escritório de sua empresa madeireira em São Paulo para quartel general dos conspiradores.

<sup>89</sup> CEDOC/1 - PC 290.69, 1926-1939, p. 162-171.

da Costa Leite, Chistovam Barcellos era considerado pelos camaradas, militares desertores, como o “segundo Prestes do Brasil”. Uma referência a Luíz Carlos Prestes que, naquele momento, já era conhecido nacionalmente por sua liderança na Coluna Miguel Costa-Prestes.

Entre os nomes citados no depoimento de Hugo dos Santos, dois deles, os capitães Carlos da Costa Leite e Nery da Fonseca, participaram de movimentos sediciosos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Ambos foram mencionados em jornais da capital paranaense como *O Estado do Paraná: Jornal da Manhã*, *O Estado do Paraná* e *O Dia*, durante a década de 1920.<sup>90</sup> Notícias desses jornais, cotejadas com informações biográficas dessas personalidades<sup>91</sup>, informam que os militares Carlos da Costa Leite e Nery da Fonseca, participaram da Conspiração Protógenes no Rio de Janeiro, em apoio aos rebeldes de Isidoro Dias Lopes, em São Paulo em 1924, além de participarem de outros movimentos sediciosos. Leite e Fonseca, se envolveram em ataques a quartéis, insubordinação, deserção e confecção de bombas para os levantes. Carlos da Costa Leite tornou-se especialista em fugas de presídios do Exército, entre 1923 e 1925. Em maio de 1925, participou de uma tentativa para tomar o quartel do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Em 1927, encontrou-se com Luiz Carlos Prestes na Bolívia. Ao final de 1934, Leite participou das articulações para a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), braço legal do então clandestino e ilegal PCB, fundado em 1922. Em 1935, atuando no Rio Grande do Sul, após a decretação da ilegalidade da ANL, em 11 de julho, tornou-se o principal nome de articulação de Prestes para a tentativa de Insurreição Nacional Libertadora no estado, o que não aconteceu. Ao se encontrar com Santos em Ponta Grossa em 1926, o capitão desertor Carlos da Costa Leite, acumulava vasto currículo no Tenentismo.

Além deste depoimento de Santos, evidenciando os “bastidores” políticos do Movimento, afirmando sua ligação direta com importantes figuras do Tenentismo naquele período, como Carlos da Costa Leite, as requisições de armas e produtos entregues aos comerciantes pelos revoltosos, feitas em nome do general Isidoro Dias Lopes, constantes como provas no Inquérito Policial, reforçam a perspectiva de que o Movimento Sedicioso da Linha-Sul

<sup>90</sup> O ESTADO DO PARANÁ: JORNAL DA MANHÃ, Curityba, n. 362, de 12 de março de 1926, p. 4; n. 463 de 9 de julho de 1926, p. 2; O ESTADO DO PARANÁ, Curityba, n. 05, de 15 de janeiro de 1925, p. 1; n. 78, de 12 de abril de 1925, p. 5; O DIA, Curityba, n. 1082, 14 de março de 1928, p. 1; n. 1428 de 25 de agosto de 1929, p. 8.

<sup>91</sup> ABREU, Alzira Alves (Org.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC [online], 2010.

não correspondeu a meros saques praticados por “bandidos”, mas sim a um “autêntico” Levante Tenentista.

Os depoimentos de comerciantes como Ráphael Bufren e Felipe Felix da Cruz (Mallet)<sup>92</sup>, Godofredo Varella e Ângelo Meneguello (Roxo Roiz)<sup>93</sup>, João de Góes Junior e Salib Jorge Alib (Rebouças)<sup>94</sup>, dos funcionários públicos das coletorias Hortêncio Martins de Mello, Cezário Dias, Antônio Mariano da Silva, Octacílio Vieira e José Lucio Sá, além das informações de Manoel Peixoto e Tertuliano Amaral, chefe e maquinista do trem de prefixo P-8, tomado em Mallet<sup>95</sup>, confirmaram que as requisições eram assinadas pelos revoltosos João Cony e pelo comerciante rebelde de Roxo Roiz, Raymundo Rocha dos Santos (o Cascudo), e entregues em mãos dos que “colaboraram com a Revolução”. As testemunhas declararam que eram convocadas pelos revoltosos a entregarem dinheiro, armas, munições e outros produtos. Algo que ninguém recusava diante de homens armados. Após atenderem o solicitado, recebiam dos rebeldes um “documento”, comprovando a “requisição”, não o furto das mercadorias.

Nas requisições escritas à mão pelos sediciosos<sup>96</sup>, entregues aos comerciantes e funcionários das instituições atacadas pelos rebeldes, constava o cabeçalho: “O General Isidoro Dias Lopes, Comandante da Coluna em operações no Sul do País requisita...”. Nelas, eram listados os valores em dinheiro e produtos retirados dos estabelecimentos comerciais.<sup>97</sup> Concluída a lista, a requisição era assinada por um dos líderes do Movimento, com a indicação de que os valores requisitados seriam “depositados nos cofres da Revolução”, com a promessa de que os mesmos seriam restituídos, após o fim das operações revolucionárias. Algo que nunca ocorreu. As requisições anexadas aos autos como provas, mencionam, portanto, uma das mais relevantes personagens do Tenentismo na década de 1920: Isidoro Dias Lopes. Lopes se destacou no cenário militar brasileiro desde o final do século XIX, quando participou, no

<sup>92</sup> CEDOC/I - PC 290.69, 1926-1939, p. 18-46.

<sup>93</sup> Idem, p. 50-101.

<sup>94</sup> Idem, p. 103-127.

<sup>95</sup> Idem, p. 199-2013.

<sup>96</sup> Idem, ps. 42; 89-92; 218-219; 223.

<sup>97</sup> Na maioria das requisições constavam apenas os valores estimados do que foi requisitado. Porém, uma delas, entregue a Angelo Meneghello, proprietário da Casa Paulista, em Roxo Roiz (Rio Azul), foi mais detalhada. Por ela, é possível ter ideia dos itens levados pelos sediciosos dos estabelecimentos comerciais atacados. Meneghello “forneceu” à Revolução 6 pares camisas de lã, 3 chapéus, 9 caixas de balas para revólver Winchester e 2 revólveres Winchester, calibre 44. Idem, p. 91.

Rio Grande do Sul, das agitações que contribuíram para o fim do Império, atuando também na Revolução Federalista contra o governo de Floriano Peixoto.<sup>98</sup>

Entretanto, foi na década de 1920 que Isidoro Dias Lopes ganhou notoriedade, sobretudo em São Paulo. Em 1923, Isidoro participou das articulações rebeldes contra o governo do presidente Artur Bernardes. No ano seguinte, foi escolhido pelos conspiradores como líder do Movimento que culminou com a Revolução de 1924.<sup>99</sup> Em abril de 1925, na Região de Foz do Iguaçu, quando se reuniram os grupos rebeldes oriundos de São Paulo e do Rio Grande do Sul, formando a Coluna Miguel Costa-Luiz Carlos Prestes, Isidoro Dias Lopes recebeu o título simbólico de “Chefe Supremo da Revolução”. O veterano revolucionário estava na casa dos 60 anos e ficou resolvido que ele não lutaria à frente das tropas da Coluna Prestes.<sup>100</sup> Mesmo ocupando um cargo simbólico na Coluna Prestes, Isidoro continuou muito influente entre os oficiais desertores do Exército. Não por coincidência, as requisições de armas e suprimentos para a Revolução na Região de Iraty, em 1926, eram feitas em nome de Isidoro Dias Lopes.

No momento em que ocorria o Levante na Linha-Sul da São Paulo-Rio Grande, comandada por Hugo dos Santos e João Cony, a Coluna Prestes se movimentava pelo Nordeste Brasileiro. Fazia sentido que Isidoro Dias Lopes, refugiado na Argentina, fosse apontado como “Comandante da Coluna em operações no Sul do País”. Para Rafael Policeno de Souza, a Coluna Prestes, observada enquanto um desdobramento do Tenentismo, representou uma síntese da transição do período denominado República Velha para a chamada Era Vargas. Essa marcha revolucionária que questionava as práticas políticas vigentes no Brasil Republicano até então, percorreu, entre 1925 e 1927, em torno de 25 mil quilômetros pelo interior do País.<sup>101</sup>

Foi no Oeste do Paraná, após reunir-se com as tropas comandadas por Isidoro Dias Lopes, que Prestes convenceu as forças rebeldes a seguirem adiante com a luta. O motivo inicial continuava de pé: “a inconformidade e crença

---

<sup>98</sup> ABREU, op. cit.

<sup>99</sup> CORREIA, Ana Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976.

<sup>100</sup> Como a estratégia militar de luta adotada pela Coluna seria a guerra de movimento, decidiu-se que Isidoro se fixaria na Argentina, de onde “organizaria uma rede de apoio externo às operações”. CASTRO, Maria Clara Spada de. A formação da Coluna Miguel Costa-Prestes: conflitos e (re)construções em marcha. In: I Simpósio Nacional de História Militar, 2016, Rio de Janeiro: *Anais Eletrônicos do I Simpósio Nacional de História Militar*. Rio de Janeiro, 2016, p. 3.

<sup>101</sup> SOUZA, Rafael Policeno de. A Coluna Prestes: uma abordagem necessária. *Revista Historiador*, n. 3, 2010, p. 82-91.

na derrubada de Artur Bernardes”.<sup>102</sup> O grupo liderado por Prestes seguiria do Paraná para o Centro-Oeste, até alcançar o Nordeste. Ao longo da marcha, “a partir dos contatos com as populações rurais, passaram a estabelecer simpatia e adesões de novos combatentes”.<sup>103</sup>

Enquanto a Coluna Prestes cruzava o Brasil, em muitas cidades, o Movimento Rebelde estabeleceu e acionou contatos, sobretudo, com oficiais desertores do Exército que conspiravam e se levantavam em diversas regiões brasileiras. Em vista desses eventos pontuais e difusos pelo País, é possível avaliar que o Movimento Insurgente, ocorrido na Região de Iraty, no Sul do Paraná, reverberou as ações tenentistas da Coluna Prestes e da Revolução de Isidoro Dias Lopes naqueles anos vibrantes. Foi no ímpeto do calor revolucionário, e de protesto contra o governo de Artur Bernardes, que Hugo Guimarães dos Santos, um empresário do ramo madeireiro, estreitou relações com oficiais desertores e conspiradores do Exército. Ao lado de seu conterrâneo João Cony, liderou o Levante percorrendo os trilhos da São Paulo-Rio Grande.

## Considerações finais

A Sedição Tenentista no Sul do Paraná teve suas peculiaridades ecológicas, humanas, logísticas e ideológicas. A Região das matas de araucária era pontilhada por núcleos coloniais europeus, cujas origens remontavam ao final do século XIX. Entre Mallet e Iraty, havia uma importante presença de imigrantes poloneses e ucranianos, além de alemães, italianos e seus descendentes. As fontes revelaram também a presença de vários comerciantes sírio-libaneses. Essa particularidade étnica regional, ficou clara nos autos de qualificação das testemunhas. Muitas delas portavam sobrenomes eslavos e de outras origens europeias. O Levante de 26 de maio de 1926, contou com a participação de civis, em sua maioria agricultores, operários da ferrovia e pequenos comerciantes, além de barbeiros, carpinteiros, alfaiates, um fazendeiro, um engenheiro, entre outras pessoas com profissões não registradas. Pelo que evidenciam os documentos, não houve militares diretamente envolvidos na ação, salvo na organização remota. Afinal, os rebeldes agiam em nome de Isidoro Dias Lopes, além do líder, Hugo dos Santos, ter se encontrado pessoalmente com o capitão desertor do Exército, Carlos da Costa Leite. Fatos que ligavam o Movimento da Linha-Sul aos ideais tenentistas. Outro fator peculiar da Sedição no Sul do Paraná foi a utilização da ferrovia pelos

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 89.

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 90.

rebeldes, a fim de percorrer rapidamente as cidades da Região, obter recursos e alcançar seus objetivos. Seus principais líderes, João Cony e Hugo dos Santos, como sugerem as bandeiras vermelhas no trem dos rebeldes, mencionadas no título e ao longo deste trabalho, permitem inferir seu envolvimento e/ou simpatia, às ideias comunistas que se disseminavam naquela década de 1920. Ideia reforçada pelo fato de que, na década seguinte, João Cony fundaria o PCB em Passo Fundo, RS. Hugo dos Santos, participou da Revolução de 1924, em São Paulo, e emprestou seu próprio escritório comercial para reuniões conspiratórias envolvendo militares desertores em 1925. Uma entrevista sua publicada na curitibana *Gazeta do Povo*, em 1927, foi reproduzida pelo jornal anarquista e operário paulistano *O Combate*. Seu discurso aos operários contra a exploração de seu trabalho pela Ferrovia São Paulo-Rio Grande, durante o Levante de 1926, poderia parecer contraditório para um empresário, contudo, ele concordou em “decorar” o trem da Sedição Tenentista com bandeiras vermelhas. Por outro lado, as bandeiras vermelhas poderiam remeter também, à cor dos lenços dos maragatos. Nos anos anteriores ao Levante da Linha-Sul, João Cony participou de levantes tenentistas no Rio Grande do Sul, envolvendo os maragatos.<sup>104</sup>

Pelo Processo Criminal, instaurado em Curityba, posteriormente transferido para a Iraty, a fim de investigar os episódios sediciosos, ficou claro que poucos dos diretamente envolvidos no Levante chegaram a ser interrogados. Isso impossibilitou conhecer suas motivações individuais para integrar o Movimento. Contudo, analisando os depoimentos de alguns dos líderes, coletados pelo delegado Quintella para o Inquérito Policial, bem como os depoimentos de vítimas dos ataques dos rebeldes e outras testemunhas, foi possível apreender que a insurgência, no Sul do Paraná, em 1926, ecoou a insatisfação geral contra o governo do presidente Artur Bernardes e o que ele representava, expressa em levantes similares pelo País. Os sediciosos exploraram também insatisfações locais para angariar simpatia e adeptos, como por exemplo, o discurso de Hugo dos Santos, aos operários, na pedreira da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, prometendo-lhes melhores salários caso a Revolução triunfasse.

As informações contidas no Processo Criminal para apurar as responsabilidades do Levante de 26 de maio de 1926, ao longo da Linha-Sul da Ferrovia São Paulo-Rio Grande, entre Mallet e Iraty, aliadas àquelas publicadas em jornais paranaenses e de outros estados no período, validam compreender

<sup>104</sup> Ver notas: 37, 62, 86 e 87.

esse Movimento Insurgente, com duração de apenas um dia, para além de ataques promovidos por “bandidos comuns”. Pela estratégia utilizada, pelas motivações e pelas personagens implicadas, o Levante ocorrido na Região das matas de araucárias, envolvendo pequenas cidades e atores civis, pode ser avaliado como um dos vários episódios tenentistas no Brasil da década de 1920. Por sua localização geográfica, perfil dos participantes e ações empreendidas por civis, o Levante Tenentista da Linha-Sul do Paraná, em 1926, apresentou suas particularidades em relação a outros Levantes no mesmo período. Todavia, sem tiros disparados, nem mortos, nem feridos. Mas, por pouco, não foi o contrário.

## Fontes

CEDOC/I, Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), *Campus Irati. Acervo Criminal da Comarca de Iraty: Processo-Crime 290-caixa 69, 1926-1939*. Irati: CEDOC-I, Consulta digital – Arquivo Digitalizado, 2021.

A *GAZETA*, São Paulo, n. 6.371, de 29 de abril de 1927, p. 2

A *FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, n. 157, 6 de julho 1923, p. 6.

A *GAZETA DE NOTÍCIAS*, Rio de Janeiro, n. 126, 29 de junho de 1924, p. 1.

*CAXIAS: VESPERTINO INDEPENDENTE*, Caxias do Sul, n. 203, 7 de maio de 1931, p. 1.

*CORREIO DA MANHÃ*, Rio de Janeiro, n. 901, de 28 de abril de 1927, p. 2.

*DIÁRIO DA TARDE*, Curitiba, n. 10.664, 29 de janeiro, 1930, p. 8.

*O COMBATE*, São Paulo, n. 4.420, 17 de agosto de 1926, p. 1.

*O COMBATE*, São Paulo, n. 4.387, de 28 de abril de 1927, p. 4.

*O DIA*, Curitiba, n. 1682, 11 de outubro de 1927, p. 4.

*O DIA*, Curitiba, n. 1.699, de 12 de novembro de 1927, p. 4.

*O DIA*, Curitiba, n. 1082, 14 de março de 1928, p. 8.

*O DIA*, Curitiba, n. 1428 de 25 de agosto de 1929, p. 8.

*O DIA*, Curitiba, n. 2458, 29 de janeiro de 1930, p. 8.

*O DIÁRIO DA NOITE*, São Paulo, n. 100, 28 de abril de 1927, p. 4.

O ESTADO, Florianópolis, n. 5.834, 9 de maio de 1931, p. 3.

O ESTADO DO PARANÁ, Curityba, n. 05, de 15 de janeiro de 1925, p. 1.

O ESTADO DO PARANÁ, Curityba, n. 78, de 12 de abril de 1925, p. 5.

O ESTADO DO PARANÁ, Curityba, n. 360, 10 de março de 1926, p. 2.

O ESTADO DO PARANÁ, Curityba, n. 427, 29 de maio de 1926, p. 1.

O ESTADO DO PARANÁ, Curityba, n. 493, 17 de agosto de 1926, p. 1.

O ESTADO DO PARANÁ: JORNAL DA MANHÃ, Curityba, n. 362, de 12 de março de 1926, p. 4.

O ESTADO DO PARANÁ: JORNAL DA MANHÃ, Curityba, n. 463 de 9 de julho de 1926, p. 2.

O MALHO, Rio de Janeiro, n. 1.170, de 14 de fevereiro de 1925, p. 14.

## Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves (Org.) *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC [online], 2010.

BATISTELLA, Alessandro. O movimento operário e sindical em Passo Fundo (1900-1964): história e política. *História: Debates e Tendências*, v. 7, n. 1, 2008, p. 22-46.

BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

BRASIL. Código Penal dos Estado Unidos do Brazil, Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Brasília: Presidência da República - Casa Civil (Subchefia para Assuntos Jurídicos), 2021.

CANO, Wilson. Da Década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. *Economia*, v. 13, n. 3b, 2012, p. 897-916.

CARONE, Edgard. *Revoluções no Brasil Contemporâneo, 1922-1939*. São Paulo: Difel, 1977.

CARONE, Edgard. *Corpo e alma do Brasil: O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975.

CASTRO, Maria Clara Spada de. A formação da Coluna Miguel Costa-Prestes: conflitos e (re)construções em marcha. In: I Simpósio Nacional de História Militar, 2016, Rio de Janeiro: *Anais Eletrônicos do I Simpósio Nacional de História Militar*. Rio de Janeiro, 2016, p. 3.

CHANG, Man Yu. *Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná*. Londrina: IAPAR, 1988.



- CORREIA, Ana Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- DAL FORNO, Rodrigo. A Revolta Tenentista de 1924 e a participação da Aliança Libertadora no Rio Grande do Sul. *RIHGRGS*, Porto Alegre, n. 153, p. 157-174, 2017.
- FARIAS, William Gaia. Militares e civis forjando o “Tenentismo” no Pará. In: XXVI Simpósio Nacional de História – APNPUH. Belém: *Anais dos XXVI SNH-ANPUH*, 2011, p. 2.
- FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a revolução de 1930. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*, v. 2. São Paulo: Difel, 1978, p. 401-426.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A Reação Republicana e a crise política dos anos 20. *Revista Estudos Históricos*, v. 6, n. 1, 1993.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- MENDES, Felipe Ucijara Guimarães. *Mashorqueiros ou procellários? A experiência tenentista no Maranhão: política, cultura, imaginário, personagens...* Dissertação (Mestrado em História), São Luís: Universidade Federal do Maranhão - UFMA, 2015.
- MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. Vol. I. Da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Siciliano, 1991.
- MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. Vol. II. Da Coluna à Comuna. São Paulo: Siciliano, 1994.
- NERONE, Maria Magdalena. *Sistema faxinal: terras de plantar, terras de criar*. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2015.
- OLIVEIRA, Luiz Gustavo de. *Devotos do Sigma: integralistas de Teixeira Soares-PR, 1935-1938*. Dissertação de Mestrado em História. UNICENTRO, 2015.
- PEREIRA, Sueli Menezes. As reformas educacionais na década de 1920 no Brasil e as políticas de formação de professores primários. *Cadernos de História da Educação*, v. 19, n. 1, 2020, p. 271-292.
- PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. *O Brasil Republicano: o tempo do*

liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 387-415.

PRESTES, Anita Leocádia. *Os Militares e a reação republicana: as origens do Tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a Guerra Sertaneja do Contestado – 1912-1916*. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1981.

ROSA, Virginio Santa. *O sentido do Tenentismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; SAES, Décio. *Classe média e política na primeira república brasileira (1889-1930)*. Petrópolis: Vozes, 1975.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Modernismo brasileiro: entre a consagração e a contestação. *Perspective: Actualité en histoire de l'art*, n. 2, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Rafael Policeno de. A Coluna Prestes: uma abordagem necessária. *Revista Historiador*, n. 3, 2010, p. 82-91.

VARES, Sidnei Ferreira de. A dominação na República Velha: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da Revolução de 1930. *História: Debates e Tendências*, v. 11, n. 1, 2011, p. 121-139.

VITOR, Amilcar Guidolin. A gênese do Tenentismo no Brasil e as revoltas tenentistas na Primeira República. *Vozes, Pretérito & Devir*, v. 10, n. 1, 2019, p. 59-78.

Artigo recebido para publicação em 28/02/2022  
Artigo aprovado para publicação em 27/07/2022